



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12, DE 1995 (Do Sr. Miro Teixeira)

Dispõe sobre os requisitos para o exercício dos cargos de diretoria e presidência do Banco Central do Brasil.

(Recebo como Projeto de Lei Complementar nº 0012/95. Apen-se-se ao Projeto de Lei Complementar nº 07, de 1995. Publique-se.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São condições indispensáveis à designação dos membros da diretoria e presidência do Banco Central do Brasil:

- I - ser brasileiro;
- II - não ter praticado ato de improbidade administrativa;
- III - possuir ilibada reputação e idoneidade moral;
- IV - ter notório conhecimento e experiência em assuntos econômicos e financeiros.

Art. 2º É vedada a designação de pessoas que nos últimos 4 (quatro) anos tenham sido proprietárias, sócias, acionistas, ou controladoras, a qualquer título, de empresas integrantes do sistema financeiro privado ou que operem nos ramos de previdência ou seguro, bem assim suas coligadas ou controladas.

Parágrafo Único. A vedação prevista no *caput* é extensiva aos que, no mesmo período, tenham exercido atividade ou de qualquer forma colaborado com a gestão ou administração das empresas mencionadas.

Art. 3º Por um período de 5 (cinco) anos após a exoneração do cargo de diretor ou presidente, é o ex-titular impedido de exercer qualquer atividade em empresa privada nacional ou estrangeira, integrante do sistema financeiro ou que opere nos ramos de seguro ou previdência, suas controladas e coligadas, bem assim naquelas sujeitas ao controle, fiscalização ou supervisão do Banco Central do Brasil, delas recebendo remuneração a qualquer título ou a qualquer pretexto.

Parágrafo Único. A vedação prevista no *caput* deste artigo estende-se à aquisição de ações, cotas, debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro título representativo de capital ou interesse nas empresas mencionadas.

Art. 4º O ex-presidente e os ex-diretores do banco central que tiverem exercido os respectivos cargos por pelo menos 4 (quatro) anos farão jus, mensalmente, a título de compensação, por um prazo de dois anos, a 70 % do salário-base do cargo exercido.

Parágrafo Único. No caso do efetivo exercício dos cargos mencionados ser inferior a 4 (quatro) anos, a compensação será estabelecida proporcionalmente, adotando-se como parâmetro básico o disposto no *caput* deste artigo.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal promulgada em 1988 estabeleceu a necessidade de se regulamentar, através de lei complementar, dispositivos constitucionais referentes ao Sistema Financeiro Nacional, em especial o relativo aos requisitos para a designação de membros da diretoria do banco central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo (art. 192, inciso V da CF).

A sociedade brasileira tem assistido estarrecida à proliferação de escândalos que afetam a credibilidade de todo o sistema financeiro, sendo que ex-ocupantes de cargos de primeiro escalão deste setor pontuam como os principais envolvidos.

A revista Veja desta semana menciona 10 ex-diretores do banco central que hoje ocupam cargos de direção em grupos financeiros privados nacionais e internacionais, e relembra a demissão de um presidente cujo filho esteve envolvido em negócios escusos com uma corretora.

É imperioso, pois, impedir que pessoas que detenham informações privilegiadas em função dos cargos que ocupam utilizem-nas logo após a sua saída do governo em prol de interesses privados.

Como supor inexistir troca de interesses entre o controlador e a controlada se integrantes do primeiro escalão do primeiro passam a ocupar, num curto espaço de tempo, cargos de direção, ou prestar serviços de consultoria às controladas?

Não é outro o escopo fundamental deste projeto. A premência em se estabelecer requisitos e vedações claras e objetivas na nomeação do presidente e diretores do banco central que preservem o interesse do Estado brasileiro acima de tudo é inquestionável.

Impõe-se por fim às promiscuas relações entre o setor público e o setor privado, relações nefastas que ao longo dos anos se instalaram em todas as áreas do Estado e com muito mais gravidade, nos cargos de primeiro escalão da instituição responsável pela gestão da política monetária, financeira e cambial do país, incluindo a fiscalização e o controle do sistema financeiro nacional.

Por todo o exposto, manifestamos nossa confiança em que o presente projeto de lei encontre acolhida entre os Ilustres Pares, de modo a dotar o Estado e a

Sociedade brasileira de mecanismos simples, porém, efetivos de controle e fiscalização na atuação dos responsáveis pela formulação, implementação e avaliação de vertentes fundamentais da política econômica nacional.

Sala das Sessões, 14 de março de 1995 .

Deputado Federal Miro Teixeira
Líder do PDT

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PFLA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

TÍTULO VII

DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

V – os requisitos para a designação de membros da diretoria do banco central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;